
EDITORIAL

As publicações presentes neste número temático são em parte o resultado das minhas inquietações, juntamente com aquelas das alunas e alunos engajados na disciplina de Filosofia Política I, ministrada durante o primeiro semestre de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na UFSC. O ensejo inicial eram as críticas das filósofas políticas contemporâneas – Carole Pateman, Kate Millet e Nancy Hirschmann, por exemplo – ao modelo contratualista clássico e aos conceitos subjacentes ao pensamento político moderno: desde a dicotomia público/privado até a conceituação em torno do “indivíduo” e suas implicações para a contínua sujeição (política e factual) das mulheres à dominação masculina.

Tendo esta crítica como ponto de partida, os artigos ora publicados se debruçam, no entanto, sobre muito mais do que a mera denúncia das estruturas patriarcais reproduzidas nos textos filosóficos da Modernidade: eles se integram também ao projeto de uma revisão feminista da história da filosofia. Isto é nominalmente assim para Edegar Fronza Junior em seu artigo *Por que uma história feminista da filosofia?* Ao apontar para a misoginia presente em alguns textos representativos da história da filosofia e recuperar as vozes das filósofas como contraponto ao seu silenciamento, o autor pretende ressaltar a necessidade de uma revisão daquilo que chamamos de cânones filosóficos no sentido de um procedimento historiográfico, que manifesta também uma postura política, mais inclusivo do que ideologicamente excludente. Mas este é também o caso de Monica Franco e de Maria Clara Fanaya. Ambas as autoras realizam parte importante deste projeto feminista *em ato*, ao trazer para a discussão de seus artigos o pensamento de filósofas frequentemente marginalizadas pelo elenco de estrelas da tradição filosófica. Em *A crítica feminista na filosofia política: algumas reflexões a partir das críticas de Catharine Macaulay a Thomas Hobbes*, Monica Franco traz Catharine Macaulay como interlocutora direta de Thomas Hobbes, – cronologicamente mais próxima dele do que nossas filósofas contemporâneas – cujo pensamento político se desenvolve em direção a uma proposta contratualista própria e possivelmente (ainda que anacronicamente) feminista e criticamente alternativa ao

contratualismo hobbesiano. Maria Clara Fanaya também outorga às filósofas o protagonismo de suas reflexões filosóficas em *Mary Wollstonecraft e Virginia Woolf: a educação das mulheres e as dicotomias de valores*, fazendo de uma análise comparativa entre argumentos filosóficos e “literários” o ponto comum de uma crítica à dicotomia hierarquizante entre o público e o privado e seus desdobramentos sobre as construções, sociais e culturais, excludentes da masculinidade e da feminilidade – cujos reflexos sentimos todos e todas ainda hoje presentes no modo como a sociedade enxerga, em sua “natureza” e em suas “funções”, homens e mulheres. Tais reflexos estão marcadamente descritos no texto de Pedro Paulo Scremin Martins, *Mulheres em Carne e Osso: uma reflexão crítica sobre o sofrimento das trabalhadoras em frigoríficos no Brasil*, justamente porque oriundos de uma persistente divisão sexual do trabalho. A denúncia do texto não diz respeito apenas às consequências materiais das dicotomias conceituais, mas reflete também sobre o modo como o sofrimento social se desdobra de uma estrutura que é ao mesmo tempo, política e economicamente, patriarcal e capitalista. O resultado, aqui, são injustiças interseccionais de gênero, de classe e de raça. Os outros quatro artigos deste número partem do estabelecimento do pano de fundo crítico em direção a uma análise de questões eminentemente contemporâneas. Gustavo Dalacqua, em *What makes representative constructivism democratic?*, recupera a teoria democrática de John Stuart Mill para pensar acerca do construtivismo representativo, tomando os argumentos em prol do sufrágio feminino como um exemplo por excelência do poder de mobilização das cidadãs e dos cidadãos para a construção da representação política – uma representativa erigida de modo essencialmente democrático, portanto. A democracia está em questão também para George Souza de Melo em seu artigo *Tensões de uma política democrática contingente: as emergências de novos contratos sociais e políticos*, que traz a foro as autoras Carole Pateman e Judith Butler em defesa de uma teoria e de uma prática política que se realize, *em ato*, a partir de conexões discursivas e contratuais sempre mutáveis e passíveis de revisão em nossos processos sociais e culturais contextuais e diversificados. Rafael Leopoldo traz como protagonistas as filósofas Monique Wittig, Gayle Rubin e Adrienne Rich, também críticas das teorias políticas do contrato, para uma reflexão sobre as inflexões da heteronormatividade sobre a materialidade dos corpos e a construção teórica destas autoras como política de

resistência em *O pensamento lésbico e a teoria queer: Wittig, Rubin e Rich*. Finalmente, Willian Martini discute a crítica feminista de Susan Moller Okin ao multiculturalismo ao apontar algumas de suas falhas argumentativas, tais como um determinado emprego parcial de princípios liberais e um saliente etnocentrismo, para defender as demandas multiculturais como benfezas inclusive às nossas reivindicações democráticas.

Nossas autoras convidadas para este número temático realizam incursões políticas práticas imprescindíveis para uma filosofia feminista engajada com uma reforma conceitual, estrutural e material de encontro às visões patriarcais do fazer filosófico – ambas as autoras pertencentes ao quadro de pensadoras do GT de Filosofia e Gênero da ANPOF. Susana de Castro traz uma importante contribuição acerca da incontornável obra de Carole Pateman, o *Contrato Sexual*, em seu artigo *Os pressupostos democráticos e antiliberais do feminismo socialista de Carole Pateman*, e nos oferece um panorama compreensivo sobre os motivos que levam esta autora a recusar a tradição contratualista como um todo como sendo partícipe de um mesmo esquema de subordinação feminina, repetido até hoje sem as devidas responsabilizações teórico-políticas. Marta Nunes da Costa, por sua vez, em *Os desafios da Humanidade na perspectiva de gênero: diálogo com Glover e Nussbaum*, passa por Jonathan Glover e Martha Nussbaum para pensar nos esconderijos conceituais da violência contra a mulher a partir dos significados de “humanidade” em suas dimensões “experienciais, empíricas, animais e racionais”. Ela nota, no entanto, e tristemente, que muitas de nossas tentativas, filosóficas e sociais, de compreensão são ultrapassadas pela constatação de uma misoginia desproporcional no contexto brasileiro atual. O que serve justamente, de novo, de denúncia e de postura política.

Para além disso, no entanto, eu gostaria de pensar no presente número temático como constituindo ele mesmo uma atitude política diante dos assaltos recentes à democracia, à filosofia e ao pensamento feminista, sobretudo no Brasil pós-2016. E uma atitude política também no entorno de nossas concepções sobre o que significa a atividade filosófica ao colocar a filosofia feminista *como* filosofia, sem a necessidade de

licenças conceituais ou demarcações disciplinares típicas dos cânones da tradição. Neste contexto, é sintomático que a maior parte dos artigos aqui publicados sejam de autores homens. Todos eles passaram pelos processos de avaliação cega e eu acredito, por isso, que a disparidade numérica apenas nos mostra a realidade ainda bastante masculinizada de nossos programas de pós-graduação, e creio que uma das reflexões resultantes desta constatação seja a de que devemos proceder a um esforço coletivo contra a reprodução das estruturas excludentes de uma filosofia que se pensa no masculino. Este esforço foi tentado pela equipe editorial relativamente à avaliação dos artigos submetidos à revista quando da dificuldade de se encontrar pareceristas mulheres. Isto se deve, por um lado, a um número ainda pequeno de mulheres doutoras e doutorandas em filosofia, e também ao fato de que os estudos feministas e de gênero constituem um campo muito recente na filosofia brasileira. Ainda assim, cuidou-se por garantir pelo menos uma avaliadora para cada manuscrito recebido, de maneira que alguns deles foram avaliados por duas mulheres, outros por uma mulher e um homem – avaliadoras e avaliadores aos quais agradecemos com afincos, enfim, os pareceres bastante qualificados, cuidadosos e detalhados.

Tendo como horizonte uma revisão feminista da história da filosofia e um projeto marcadamente político de reflexão filosófica, eu desejo a todas e a todos uma boa leitura.

Florianópolis, SC, fevereiro de 2019.

Janyne Satler
Editora Convidada